

# Universidade Estadual da Paraíba

# Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas - Campus V - João Pessoa – PB

**Curso de Relações Internacionais**

**Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Deslocados Ambientais (Nepda)**

**Perfil Geográfico da República do Quênia**

**Andrews Severiano da Silva**

**Valfrido Sales de Lira Neto**

Graduandos em Relações Internacionais,

Membros do NEPDA

PIBIC/CNPq

**Resumo:** Este trabalho visa identificar o perfil geográfico da República do Quênia e as alterações ambientais decorrentes das mudanças climáticas e dos projetos de desenvolvimento ocorridas nesta país.

**Palavras-chave**: Deslocados Internos; Alteração Ambiental; Proteção dos Refugiados.

A república do Quênia está localizada no oeste da África fazendo fronteira com o Oceano Índico no Sudeste; no Norte com a Etiópia e com o Sudão do Sul; no Leste com a Somália, no Sul com a Tanzânia e no Oeste com o lago Vitória e com Uganda (NATIONS OF ENCYCLOPEDIA, 2016). Com uma área total de 580 000 Km2, o país é maior que a região metropolitana da França ou o estado estadunidense de Nevada (NATIONS ON LINE, 2016), com população, em fevereiro de 2016, de 42 .00.000 (BBC, 2016).

Seu presidente, Uhuru Kenyatta, alcançou o poder em abril de 2013 (BBC, 2016), mesmo tendo sido acusado de crimes contra a humanidade pelo Tribunal Penal Internacional, devido às eleições de 2007. Entretanto, não houve reconhecimento das evidências apresentadas contra o político (MUGERA, 2014). Kenyatta estudou ciência política e economia nao conceituado Amherst College, Estados Unidos, sendo considerado pela revista Forbes o homem mais rico do país (BBC, 2016).

De acordo com o *Internal Displacement Monitoring Centre* (2014), desde a independência do país, em 1963, tem aumentado a número de deslocados internos causado por violência étnica e por desastres e projetos de desenvolvimento (IDMC, 2014). Para o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), os deslocados internos são reconhecidos como aquelas pessoas que buscam segurança dentro de seus próprios limites, estando sob a proteção legal do governo nacional, mesmo sendo este, em alguns casos, a causa do deslocamento (ACNUR, 2016).

Para Kiama e Koome, os deslocamentos no Quênia podem ser traçados com diferentes vertentes, tais como devido aos efeitos do aquecimento global, deslocados por motivos de desenvolvimento, confrontos entre clãs e por perseguição política (2014, p. 92). Uma das causas apontadas são as chuvas que têm destruído casas em vários locais do país, como as chuvas fortes, em 2013, que deslocaram 18.000 pessoas (KIAMA, KOOME, 2014, p. 92).

Para o IDMC (2014), as chuvas e as secas afetam várias partes do país no decorrer dos anos. Em abril de 2016, elas causaram a destruição de 792 residências e 17 pessoas morreram devido ao desmoronamento do edifício Huruma na capital Nairobi (DAVIES, 2016).

Com cerca de 80% das suas terras em região árida ou semi-árida, outro problema ambiental é relacionado às secas (IDMC, 2014). Conforme a Cruz Vermelha, a seca que afetou o país em 2014 prejudicou a agricultura e contribuiu para o aumento dos preços dos alimentos, do combustível e para uma inflação generalizada, afetando 1.600.000 pessoas (IFRC, 2015).

Outro apontamento do IDMC (2014) revela os deslocados por motivo das alterações ambientais devido aos projetos de desenvolvimento do meio ambiente e de conservação, ocasionando um significante número de deslocados. A construção de novas rodovias, hidrelétricas e a descoberta de petróleo e outros minerais serão responsáveis pelo agravamento de conflitos entre as comunidades locais, podendo ser a causa inicial de deslocamentos e também ser um fator de deslocamentos secundários para pessoas já afetadas por outras causas (IDMC, 2014).

Apesar de sofrer com o aumento dos deslocados internos, o país se tornou porta de entrada para os solicitantes de refúgio de outros países fronteiriços. Para Kolmannskog (2009, p. 7), as chuvas no sul da Somália, no verão de 2009, forçaram a fuga de indivíduos para o Quênia, assim como, em 2011, o país foi porta de entrada para 113.500 somalis, em um período de oito meses, devido às secas e à insegurança (KIAMA, KARANJA, 2013).

O Ato de Refugiado Queniano, de 2006, reconhece como refugiados àquelas pessoas que se sintam ameaçadas de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a grupo social particular ou opinião política, de acordo com a Convenção relacionada ao Estatuto dos Refugiados de 1951 e abarca uma definição mais ampla em consonância com a *Convention Governing the Specific Aspects of Refugee Problems in Africa*, de 1969 (KOLMANNSKOG, 2009, p. 9).

A proteção aos deslocados internos no Quênia foi estabelecida em 2009 para coordenar a assistência humanitária no país, fornecendo uma ampla abordagem direcionada aos deslocados por conflitos, por desastres naturais e por projetos de desenvolvimento (IDMC, 2015, p. 2). O grupo de trabalho foi formado para melhorar a capacidade dos atores em direcionar a proteção necessária aos deslocados internos no país (KIAMA, KOOME, 2014, p 93).

O Quênia também passou por um processo significante com vista ao desenvolvimento de uma ampla estrutura de proteção à terra, adotando, em 2009, a Política Nacional da Terra e outras leis novas, como a Lei da Terra e a Lei de Registro da Terra, em 2012, cujas adoção e implementação são fundamentais para garantir que os direitos dos deslocados internos sejam protegidos e futuros deslocamentos impedidos (IDMC, 2015, p. 3).

Poucos países africanos possuem um regime de refúgio como o Quenia, que tem sido flexível e de acomodação, ainda que tenha sofrido mudanças substanciais nos últimos anos devido à dinâmica da segurança e aos fatores que causam o deslocamento dentro da região (KIAMA, KARANJA, 2013). Este alto influxo de refugiados coloca em risco a busca por recursos essenciais, como alimento e habitação, criando tensão entre a comunidade acolhedora e os refugiados, devido à competição por estes escassos recursos, particularmente na Província Norte Oriental onde estão os campos de refugiados (KIAMA, KARANJA, 2013). Em resposta, o governo nacional e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) estabeleceram outros campos, em Ifo 2 e Kambioos, em razão da insegurança no complexo de Dabaab. A abertura desses campos adicionais, em 2011, ajudaram no descongestionamento local, mas a insegurança permanece (KIAMA, KARANJA, 2013).

O governo do Quênia planejou, em 2016, o fechamento do acampamento de Dadaab, o maior campo de refugiados do mundo, em um movimento que deslocaria 600.000 pessoas em razão de problemas econômicos, ambientais e de segurança (YEUNG, 2016). Ainda de acordo com o jornal britânico *The Independent*, com o fechamento do campo os refugiados, os somalis deverão retornar ao local donde fugiram. Para grupos de direitos humanos, a decisão é preocupante à medida que centenas de milhares de refugiados estarão em perigo (YEUNG,2016).

A repatriação dos somalis fere os padrões internacionais de direitos humanos, pois não é dado ao refugiado a escolha de voltar ou ficar, assim como para o ACNUR não há informação sobre a segurança na Somália e há sérios riscos de perseguição ou ameaça à sua vida, caso retornem, violando a Convenção dos Refugiados de 1951 (BBC, 2016). Após a pressão de grupos humanitários, em novembro de 2016, o governo queniano postergou o fechamento do campo em seis meses. O processo é voluntário, sendo responsável pelo retorno de, aproximadamente, 18.000 pessoas desde o anúncio do fechamento, porém o processo é lento visto, que o prazo se encerra em maio de 2017 (ALJAZEERA, 2016).

**Referências**

ACNUR. Deslocados Internos: fugindo em sua própria terra. 2016. Disponível em:< <http://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/deslocados-internos/>> Acesso em 20 de junho de 2016.

# ALJAZEERA. Kenya delays Dadaab refugee camp closure by six months, 2016. Disponível em:< <http://www.aljazeera.com/news/2016/11/kenya-delays-dadaab-refugee-camp-closure-months-161116130647820.html>> Acesso em 10 de dezembro de 2016.

# BBC. Dadaab camp closure: Repatriation of Somali refugees 'fails to meet international standards', 2016. Disponível em:< <http://www.bbc.com/news/world-africa-37369707>> Acesso em 15 de novembro de 2016.

# MUGERA, Solomon. Uhuru Kenyatta: Kenyan president in profile. BBC, 2014. Disponível em:< <http://www.bbc.com/news/world-africa-21544245>> Acesso em 30 de abril de 2015.

BBC. Country Profile Kenya, 2016. Disponível em:< <http://www.bbc.com/news/world-africa-13681341>> Acesso em 03 de março de 2016.

# DAVIES, Richard. Kenya Floods – 16 Dead, 75 Missing in Building Collapse as Search for Survivors Continues. Floodlist. 2016. Disponível em:< <http://floodlist.com/africa/kenya-floods-huruma-building-collapse-nairobi>> Acesso em junho de 2016.

# IDMC. Kenya: too early to turn the page on IDPs, more work is needed. Internal Displacement Monitoring Centre, 2014. Disponível em:< <http://internal-displacement.org/sub-saharan-africa/kenya/2014/kenya-too-early-to-turn-the-page-on-idps-more-work-is-needed->> Acesso em 03 de janeiro de 2015.

# IDMC. Towards a comprehensive response to internal displacement in Kenya: a roadmap for action. Internal Displacement Monitoring Centre, 2015. Disponível em:< <http://www.internal-displacement.org/publications/2015/towards-a-comprehensive-response-to-internal-displacement-in-kenya-a-roadmap-for-action>> Acesso em 03 de novembro de 2015.

KARANJA, Rufus. KIAMA, Lucy. Asylum space in Kenya: evolution of refugee protection over 20 years. **Forced Migration Review**. 25th anniversary colletion 1987-2012. Disponível em:< <http://www.fmreview.org/sites/fmr/files/FMRdownloads/en/FMR%2025th%20anniversary%20full%20issue%20web.pdf>> Acesso em 10 de agosto de 2014.

IFRC. Emergency appeal operations update Kenya: drought. **International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies**, 2015. Disponível em:< <http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/MDRKE030O1.pdf>> Acesso em 23 de janeiro de 2016.

KIAMA, Lucy. KOOME, Frederick.   
Internal displacement in Kenya: the quest for durable solutions. **Forced Migration Review**. 2014, ed. 45, pág. 92-94, fevereiro de 2014. Disponível em:< <http://www.fmreview.org/sites/fmr/files/FMRdownloads/en/crisis/kiama-koome.pdf>> Acesso em junho de 2014.

KOLMANNSKOG, Vikram. Climate change, disaster, displacement and migration: initial evidence from Africa. **Norwegian Refugee Council**, 2009. Disponível em:< <http://www.unhcr.org/4b18e3599.pdf>> Acesso em 10 de outubro de 2015.

# NATIONS OF ENCYCLOPEDIA. Kenya - Location, size, and extent, 2016. Disponível em: <http://www.nationsencyclopedia.com/Africa/Kenya-LOCATION-SIZE-AND-EXTENT.html> >Acesso em 20 de agosto de 2016.

# NATIONS ON LINE. KENYA, 2016. Disponível em: <http://www.nationsonline.org/oneworld/kenya.htm> Acesso em 01 de outubro de 2016.

# YEUNG, Peter. Kenya to close all refugee camps and displace 600,000 people. The Independent, 2016. Disponível em:< <http://www.independent.co.uk/news/world/africa/kenya-refugee-camp-closure-dadaab-worlds-largest-a7019461.html>> Acesso em 10 de julho de 2016.